



3983 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT15 - Educação Especial

Gênero e deficiência: um estudo sobre a vida de uma mulher no exercício do empoderamento e da autoadvocacia
Taísa Caldas Dantas - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O texto destaca a história de vida de uma mulher com deficiência física, com base em pesquisa qualitativa que objetiva analisar histórias de vida de mulheres com deficiência na conquista de seu empoderamento e da autoadvocacia, a partir de entrevista semiestruturada e observação. Os resultados apontam que mulheres, mesmo em meio a difíceis contextos de vida, conseguem se empoderar, alcançar o ensino superior e lutar pelos seus direitos, emancipação individual e qualificação profissional.

Palavras-chave: Deficiência. Gênero. Empoderamento. Autoadvocacia.

Gênero e Deficiência: um estudo sobre a vida de uma mulher no exercício do empoderamento e da autoadvocacia

Introdução

Este texto enfoca a história de vida de uma mulher com deficiência na construção de seu processo de empoderamento e autoadvocacia. Considerando que os marcadores de identidade gênero e deficiência levam a maior vulnerabilidade, a pesquisa original, iniciada em 2016, de natureza qualitativa, buscou conhecer a história de vida de um grupo específico de mulheres: as com deficiência, e avaliar se a inclusão no ensino superior contribuiu para o processo de empoderamento desse grupo social.

Durante muito tempo as mulheres foram vistas como o sexo frágil e reduzidas ao cuidado da casa e da família. Os movimentos feministas, em luta contra o patriarcado e o androcentrismo, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, questionaram a determinação biológica das diferenças entre homens e mulheres e priorizaram as lutas pelo direito ao trabalho, ao corpo e ao prazer transformando valores culturais e morais em prol do empoderamento feminino.

No Brasil mais da metade das pessoas com deficiências são mulheres: dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, revelam que 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, sendo que 26,5% dessas pessoas são do sexo feminino, mais numerosas que os homens com deficiência que correspondem a 21,2% (BRASIL, 2010).

A despeito dessa numerosa população feminina, esse grupo tem vivido historicamente uma intensa desvantagem social. Os significados construídos em torno de gênero e deficiência devem ser compreendidos como a relação entre o corpo com impedimento e o poder, sendo fruto de disputas e/ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural (MELLO e NUERNBERG, 2012). As mulheres com deficiência enfrentam mais dificuldades de acesso a uma escolarização de qualidade, ao ensino superior e, conseqüentemente, a oportunidades de emprego e melhoria de vida. Isto acaba dificultando que esse grupo consiga construir a vida independente, por serem vistos, os homens e principalmente as mulheres, como eternas crianças.

É nesse contexto que surge o movimento de autoadvocacia (GARNER e SANDOW, 1995; GLAT, 2008; DANTAS, 2011; 2014) com o objetivo de integrar a pessoa com deficiência à vida em sociedade de forma que seja independente e consciente de sua posição como cidadão/cidadã.

A autoadvocacia, que significa ser advogado de si, busca fazer com que a pessoa com deficiência tenha voz para falar por si e conheça seus direitos, deixando de ser negligenciada em diversos aspectos da vida social. Desta forma, este movimento desperta habilidades para resolver problemas, tomar decisões e contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, se assim desejar (DANTAS, SILVA e CARVALHO, 2013). Nessa linha de pensamento, o conceito de empoderamento, surgido nos Estados Unidos em meio aos movimentos feminista e negro, é considerado complementar à autoadvocacia e significa o resgate de poder sobre as próprias decisões, habilidades e capacidades.

Apresentamos, aqui, sinteticamente, a análise da vida de uma mulher com deficiência: Joana (nome fictício), de 52 anos, com deficiência física, graduada em Psicologia. Para compreender o cotidiano dessa mulher e o seu processo de empoderamento, foram utilizadas, como técnicas de coleta de dados, a entrevista semiestruturada e a observação direta. O roteiro da entrevista utilizado foi elaborado com base na pesquisa realizada por Dantas (2014) e contemplou seis aspectos: 1) caracterização geral; (2) escolarização; (3) trabalho; (4) vida social e (5) experiências de empoderamento.

A vida de Joana: uma história de dificuldades, sucessos e empoderamento

A análise da vida de Joana, na construção do seu empoderamento e na vivência da sua autoadvocacia, baseia-se nos quatro pilares da autoadvocacia definidos por Glat (2008), quais sejam: (1) eliminação de rótulos; (2) identidade própria; (3) autonomia e participação; (4) defesa dos próprios direitos.

Joana nasceu em uma família humilde no interior da cidade de Santa Rita, na Paraíba. Tem 52 anos e deficiência física. Sua vida é marcada por muitas dificuldades, principalmente decorrentes da deficiência. Ao mesmo tempo, isto não a impediu de superá-las e até a

impulsionou para a vivência de um processo de empoderamento, até tornar-se autoadvogada.

A voz de Joana revela que a superproteção dos seus pais e familiares foi um fato muito presente em sua vida, quando afirma: *“meus pais me trancafiavam em casa, não deixavam eu ir para canto nenhum nem eu me relacionar com as pessoas (...) minha mãe ficou louca quando soube que eu ia estudar”*. A sua fala revela um fato muito corriqueiro na vida desse grupo social quando a família se deixa ofuscar pela deficiência, centrando-se nela e esquecendo que o excesso de zelo pode prejudicar o desenvolvimento da pessoa com deficiência (KROEFF, 2012), uma vez que pode gerar dependência emocional e estagnar o seu futuro.

No caso de Joana, o enfrentamento da superproteção no lar fez com que a jovem resgatasse o seu poder interior para lutar a favor do primeiro componente da autoadvocacia, que é a *eliminação de rótulos* (GLAT, 2008). Em casa ela teve que aprender a se impor para que o estigma da deficiência não antecederesse quem ela era, suas virtudes, sonhos e projetos. Essa força é revelada na fala de Joana quando ela afirma que *“eu pensava... pensava... e quando minha mãe não estiver mais aqui? E isto me dava força para lutar pelos meus ideais!”* Dessa forma, conseguiu lutar contra o excesso de zelo familiar e mostrou que a deficiência não a impedia de fazer o que desejasse ao longo da vida.

Joana vivenciou o período médico patológico da deficiência, quando as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes e doentes, permanecendo trancadas em casa e sem maiores chances de desenvolvimento (FERREIRA, 2008). Durante o começo da sua vida escolar, foi vítima desse olhar discriminatório e teve restrições de acesso à escola regular: *“comecei a estudar em casa porque nas escolas não queriam me aceitar... todos tinham medo de eu cair, me machucar, ainda mais porque eu era uma menina”*. A sua voz revela a dupla desvantagem social: tanto por ter deficiência quanto por ser mulher. De acordo com Louro (2001) a combinação dos estereótipos sobre mulheres e sobre pessoas com deficiência leva a uma dupla discriminação, a qual é refletida em casa, na escola e em toda sociedade.

Com o desenvolvimento das lutas por direitos humanos e sua garantia, Joana conseguiu ter acesso à escola regular onde cursou o ensino fundamental e médio. Teve muitas dificuldades por falta de acessibilidade no meio escolar. Além disso, *“eu me sentia excluída na sala de aula em algumas atividades que não podia me encaixar e os professores não se preocupavam com isso”*, afirma Joana. Seu discurso revela a presença de barreiras atitudinais, traduzidas em discriminação, preconceito e descaso, sendo essas as mais difíceis de serem quebradas (SILVA e LIMA, 2008). Por outro lado, os desafios enfrentados não foram suficientes para a jovem desistir e a fortaleceram na construção de uma *identidade própria* (GLAT, 2008), tornando-se cada vez mais empoderada.

Após concluir a educação básica, Joana fez o curso Normal e lecionou por alguns anos em uma escola pública próxima a sua casa. A jovem estava cada vez mais convicta das suas habilidades, da sua identidade e, após três anos de tentativa, conseguiu ingressar no ensino superior, no curso de Psicologia.

No espaço universitário Joana afirma que nunca se sentiu tão realizada: *“a sensação dentro de mim era de dever cumprido, de orgulho por ter alcançado o meu grande sonho”*. Sobre isto, DANTAS (2014) considera que o ensino superior é um grande avanço na vida da pessoa com deficiência, pois a chegada nessa etapa de ensino significa que precisou superar diversas barreiras sociais e apresentou capacidade não só de estar ali, mas de, futuramente, atuar no mercado de trabalho. Dentro do espaço universitário, Joana afirma que *“eu não me sentia diferente de ninguém e nem me fazia de coitadinha, sabia que tinha condições de ser tratada da mesma forma que os demais alunos e fazer tudo o que eles podiam”*, revelando um outro componente da autoadvocacia que é a *autonomia e participação* (GLAT, 2008).

As oportunidades educacionais foram decisivas no ingresso de Joana no mercado de trabalho, entretanto as escolhas profissionais/ocupacionais estão envolvidas no véu das representações sociais de gênero. A condição de mulher com deficiência influencia a escolha e as possibilidades de inclusão laboral. No caso de Joana, que passou a realizar trabalho de secretária, evidencia-se uma ocupação tipicamente feminina. Todavia, sendo socialmente que as pessoas se constituem e se desenvolvem, o trabalho foi um passo fundamental para o seu empoderamento, pois além de se sentir útil e valorizada, passou a ter convívio com outras pessoas com e sem deficiência (BATISTA; FRANÇA, 2007).

Com o passar dos anos, Joana começou a perceber os desafios que circundam não apenas a sua vida, mas a de todas as pessoas com deficiência e passou a engajar-se na militância a favor dos direitos do seu grupo: *“antes eu corria atrás com aquela história de “por favor”, hoje não, hoje eu corro atrás e digo esse é meu direito”*. Ela participa há três anos do Conselho das Pessoas com Deficiência de Santa Rita e do movimento nacional de pessoas com deficiência, revelando o quarto pilar da autoadvocacia que é a *defesa dos próprios direitos* (GLAT, 2008).

Conclusões

Um dos principais desafios para a pessoa com deficiência é alcançar autonomia e qualificação profissional, diante da visão incapacitante sobre suas vidas. Quando se trata da mulher com deficiência, a desvantagem social vivida se intensifica, uma vez que são questionadas suas habilidades e/ou capacidades tanto em relação ao gênero quanto à deficiência. Através da análise da história de vida de Joana é possível observar que mesmo diante de todas as dificuldades advindas das condições de deficiência e gênero, é possível romper com o estado de tutela e inércia e tornar-se uma pessoa autoadvogada, protagonista de sua vida e inserida em espaços sociais.

Na história de Joana, foi possível verificar que o estigma social constitui um dos fatores que mais dificulta a participação social plena das pessoas com deficiência e pode influenciar de forma negativa a capacidade delas, uma vez que a visão estereotipada interfere no desenvolvimento de sua autoconfiança. Entretanto, Joana consegue vencer o rótulo de deficiente e construir uma identidade firme que é refletida nas suas escolhas de vida.

Outro ponto relevante observado na análise é que dificuldades podem oportunizar ao sujeito a tomada de consciência e o resgate do poder interior para lutar por autonomia e melhores condições de desenvolvimento. No caso de Joana, observou-se a força de vontade que teve para romper com a superproteção da família e conquistar novos espaços sociais, mesmo em meio aos desafios. Ela teve que aprender a conviver com a sua deficiência, além de superar as dificuldades para se locomover e aquelas advindas das barreiras atitudinais presentes na família, na escola e demais espaços.

Outro achado da pesquisa está relacionado ao ingresso no ensino superior, uma vez que este pode representar um grande avanço no empoderamento da pessoa com deficiência. Na vida de Joana, a universidade ampliou sua autonomia e participação social, além de ter lhe dado a qualificação necessária para o mercado de trabalho. No que se refere à inserção laboral, tal dimensão também é fundamental no desenvolvimento integral de mulheres com deficiência, pois representa uma conquista recente nas lutas feministas e nos direitos trabalhistas de pessoas com deficiência.

A história de Joana ilustra que sua condição de mulher-adulta autoadvogada e empoderada representa justamente o rompimento das visões distorcidas e preconceituosas sobre as pessoas com deficiência. Revela que a deficiência não a impossibilita de sair, namorar, ter

amigos, ter uma ocupação remunerada e se perceber como uma mulher autoadvogada e empoderada, que vivencia o lema “nada sobre nós sem nós”.

Referências

BRASIL. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 20/04/2018.

BATISTA, S. M.; FRANÇA, R. M. Família de Pessoas com Deficiência Desafios e superação **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n.10, jan./jun. 2007.

DANTAS, T. C. **Jovens com deficiência como sujeitos de direitos**: o exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e a participação social. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa: UFPB, 2011.

_____. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa: UFPB, 2014.

_____; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência**: uma história feminina de rupturas e empoderamento. In: 36 Reunião Nacional da Anped, 2013, Goiânia. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15_3045_texto.pdf. Acesso em: 20/04/2018.

FERREIRA, W. B. Vulnerabilidade à Violência Sexual no Contexto da Escola Inclusiva: Reflexão sobre a Invisibilidade da Pessoa com Deficiência. **REICE: Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación** v. 6 n. 2, 2008.

GARNER, P.; SANDOW, S. **Advocacy, Self-advocacy and Special Needs**. London: David Fulton, 1995.

GLAT, R. **Auto-defensoria/auto-gestão**: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental - uma proposta político-educacional. 2008. Disponível em: http://www.apaesp.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/advocacy/autodefensoria/Documents/autodefensoria_R._Glat.pdf. Acesso em 06/08/2018.

KROEFF, P. A Pessoa com Deficiência e o Sistema Familiar. **Revista Brasileira de Terapia de Família**, p. 67-84. Jul/2012.

LIMA, F. J. de; SILVA, F. T. S. S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: Ed. Ulbra, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELLO, A. G. de. NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003>. Acesso em: 06/08/2018.